

# Sumário

## **Introdução, 1**

## **Dicas para Concursandos, 5**

## **1 Direito Constitucional e Constituição, 9**

- 1.1 Direito constitucional como ciência jurídica, 9
- 1.2 Direito constitucional como ramo do direito positivo, 10
- 1.3 Constituição: conceito, 14
- 1.4 Antecedentes da constituição, 17
- 1.5 Constitucionalismo e suas diversas fases, 20
- 1.6 Classificações das constituições, 24
- 1.7 Constituições quanto à origem, 24
- 1.8 Constituições quanto ao conteúdo, 26
- 1.9 Constituições quanto à forma, 30
- 1.10 Constituições quanto ao modo de elaboração, 31
- 1.11 Constituições quanto à estabilidade, 32
- 1.12 Constituições quanto à extensão, 35
- 1.13 Outras classificações, 36
- 1.14 Classificação da Constituição Federal de 1988, 37
- 1.15 Elementos da constituição, 38
- 1.16 Estrutura da Constituição de 1988, 41
- 1.17 Rigidez e supremacia da constituição, 43
- 1.18 Breve histórico das constituições brasileiras, 45
- 1.19 Constituição de 1824 (Império), 46
- 1.20 Constituição de 1891 (primeira republicana), 47
- 1.21 Constituição de 1934, 48
- 1.22 Constituição de 1937, 50
- 1.23 Constituição de 1946, 51

1.24 Constituição de 1967 e Emenda nº 1/1969, 53

1.25 Constituição de 1988, 55

## **2 Poder constituinte, 58**

2.1 Esclarecimentos iniciais, 58

2.2 Origem da ideia de poder constituinte, 58

2.3 Poder constituinte originário, 59

2.4 Natureza do poder constituinte originário, 61

2.5 Revolução como veículo de expressão do poder constituinte originário, 62

2.6 Titularidade, exercício e formas de expressão do poder constituinte originário, 64

2.7 Características do poder constituinte originário, 66

2.8 Poder constituinte derivado, 68

2.9 Características do poder constituinte derivado, 69

2.10 Poder constituinte reformador (ou poder de emenda), 70

2.11 Limitações explícitas ao poder reformador na Constituição de 1988, 71

2.12 Limitações implícitas do poder reformador na Constituição de 1988, 74

2.13 Iniciativa popular e as emendas constitucionais, 75

2.14 Análise da possibilidade de alteração de cláusulas pétreas por meio de plebiscito, 76

2.15 Emendas à constituição e direitos adquiridos, 78

2.16 Diferença entre reforma constitucional e mutação constitucional, 79

2.17 Poder constituinte decorrente, 81

2.18 Distrito Federal, Municípios e poder constituinte decorrente, 82

2.19 Poder constituinte derivado de revisão, 84

2.20 Poder constituinte difuso, 86

2.21 Princípio da simetria, 87

2.22 Recepção, repristinação e desconstitucionalização de normas, 89

## **3 Aplicabilidade e Interpretação das Normas Constitucionais, 92**

3.1 Aplicabilidade das normas constitucionais: notas introdutórias, 92

3.2 Eficácia jurídica × eficácia social, 93

3.3 Classificação da doutrina clássica, 95

3.4 Classificação de José Afonso da Silva, 99

3.5 Classificação de Maria Helena Diniz, 104

3.6 Classificação de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres Britto, 107

3.7 Classificação de Uadi Lammêgo Bulos, 108

3.8 Interpretação das normas constitucionais, 111

3.9 Métodos clássicos de interpretação das normas, 113

3.10 Princípios específicos de interpretação constitucional, 116

3.11 Métodos de interpretação constitucional, 123

3.12 Súmulas vinculantes e a interpretação das normas, 124

## **4 Princípios Fundamentais, 126**

4.1 Normas constitucionais quanto à espécie: princípios e regras, 126

4.2 Princípios constitucionais fundamentais: conceito, 131

- 4.3 Princípio republicano, 133
- 4.4 Princípio federativo, 135
- 4.5 Princípio do Estado Democrático de Direito e a soberania popular, 137
- 4.6 Fundamentos da República Federativa do Brasil, 139
- 4.7 Princípio da separação de poderes, 143
- 4.8 Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, 146
- 4.9 Princípios nas relações internacionais, 146
- 5 Controle de Constitucionalidade, 148**
  - 5.1 Esclarecimentos iniciais, 148
  - 5.2 Conceito e pressupostos do controle de constitucionalidade, 149
  - 5.3 Objeto do controle de constitucionalidade, 152
  - 5.4 Análise de normas específicas sujeitas ao controle de constitucionalidade, 153
  - 5.5 Normas não sujeitas ao controle de constitucionalidade, 156
  - 5.6 Parâmetro ou paradigma de controle de constitucionalidade, 159
  - 5.7 Diversas espécies de inconstitucionalidade, 161
  - 5.8 Inconstitucionalidade material e inconstitucionalidade formal, 161
  - 5.9 Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão, 164
  - 5.10 Modalidades de controle quanto ao momento da realização e quanto ao órgão que o realiza, 165
  - 5.11 Modalidades de controle quanto à via utilizada: modelo americano e austríaco, 166
  - 5.12 Visão geral do controle de constitucionalidade no Brasil, 168
  - 5.13 Controle político, 168
  - 5.14 Controle judicial, 171
  - 5.15 Maiores detalhes sobre o controle judicial repressivo no Brasil, 173
  - 5.16 Controle difuso, 173
  - 5.17 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso, 174
  - 5.18 Senado e a possibilidade de ampliação dos efeitos da sentença no controle difuso, 176
  - 5.19 Teoria da transcendência dos motivos determinantes e a ampliação dos efeitos da sentença no controle difuso, 179
  - 5.20 Cláusula de reserva de plenário, 182
  - 5.21 Procedimento fixado pelo Código de Processo Civil para os Tribunais de Segundo Grau, 184
  - 5.22 Recurso extraordinário, 185
  - 5.23 Necessidade de demonstração da repercussão geral perante o Supremo Tribunal Federal, 187
  - 5.24 Súmulas vinculantes, 190
  - 5.25 Controle difuso em ação civil pública, 196
  - 5.26 Controle concentrado, 197
  - 5.27 Efeitos da sentença no controle concentrado, 198
  - 5.28 Espécies de controle concentrado na Constituição de 1988, 200
  - 5.29 Ação direta de inconstitucionalidade genérica (ADI ou ADIn), 201

- 5.30 Hipóteses específicas em que não cabe ação direta de inconstitucionalidade genérica, 202
- 5.31 Legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade genérica, 204
- 5.32 Concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade genérica, 206
- 5.33 Efeito vinculante da ADI e sua exclusão em relação ao Poder Legislativo, 207
- 5.34 Princípio da “parcelaridade”, 209
- 5.35 Inconstitucionalidade por “arrastamento” ou “por atração”, 210
- 5.36 Alteração do parâmetro de controle após a propositura da ADI, 211
- 5.37 *Amicus curiae* na ação direta de inconstitucionalidade genérica, 212
- 5.38 Principais regras procedimentais sobre a ação direta de inconstitucionalidade genérica, 213
- 5.39 Ação declaratória de constitucionalidade (ADC ou ADECON), 215
- 5.40 Legitimados para a ação declaratória de constitucionalidade, 217
- 5.41 Medida cautelar em ação declaratória de constitucionalidade, 218
- 5.42 *Amicus curiae* na ação declaratória de constitucionalidade, 219
- 5.43 Principais regras procedimentais sobre a ação declaratória de constitucionalidade, 220
- 5.44 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão, 221
- 5.45 Legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, 223
- 5.46 *Amicus curiae* na ação direta de inconstitucionalidade por omissão, 224
- 5.47 Concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade por omissão, 225
- 5.48 Principais regras procedimentais sobre a ADI por omissão, 226
- 5.49 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva, 229
- 5.50 Único legitimado para a ação direta de inconstitucionalidade interventiva, 232
- 5.51 Principais regras procedimentais da ação direta de inconstitucionalidade interventiva, 233
- 5.52 Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), 235
- 5.53 Parâmetro de controle da ADPF, 237
- 5.54 Objeto da ADPF, 240
- 5.55 Legitimados ativos para a arguição de descumprimento de preceito fundamental, 242
- 5.56 Potencial inconstitucionalidade da arguição de descumprimento de preceito fundamental por equiparação, 244
- 5.57 Caráter subsidiário da ação de descumprimento de preceito fundamental, 246
- 5.58 Principais regras procedimentais da ADPF, 249
- 5.59 Controle concentrado perante os Tribunais de Justiça, 252
- 5.60 Possibilidade de recurso extraordinário em face de decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça, 255
- 5.61 Ação direta de inconstitucionalidade de norma do Distrito Federal em face de sua Lei Orgânica, 257
- 5.62 Interpretação conforme a constituição, 258

- 5.63 Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, 260
- 5.64 Breve histórico sobre o controle de constitucionalidade no direito brasileiro, 262
- 6 Direitos e Garantias Fundamentais: Noções Gerais, 265**
  - 6.1 Esclarecimentos iniciais, 265
  - 6.2 Direitos fundamentais: conceito e características, 266
  - 6.3 Evolução histórica dos direitos fundamentais, 271
  - 6.4 Gerações de direitos fundamentais, 275
  - 6.5 Distinção entre direitos, garantias e remédios constitucionais, 278
  - 6.6 Destinatários dos direitos e garantias fundamentais, 280
  - 6.7 Eficácia horizontal dos direitos e garantias fundamentais, 283
  - 6.8 Caráter relativo dos direitos e garantias fundamentais, 285
  - 6.9 Aplicação imediata e caráter não taxativo do rol de direitos e garantias fundamentais, 287
  - 6.10 Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos e o artigo 5º, § 3º, da Constituição, 289
  - 6.11 Submissão do Brasil à jurisdição de Tribunal Penal Internacional, 291
- 7 Direitos e Garantias Fundamentais em Espécie, 295**
  - 7.1 Esclarecimentos iniciais, 295
  - 7.2 Direitos e deveres individuais e coletivos, 296
  - 7.3 Direito à vida, 296
  - 7.4 Direito à vida e a pesquisa com células-tronco embrionárias humanas, 300
  - 7.5 Direito à vida e aborto, 302
  - 7.6 Direito à vida e eutanásia, 305
  - 7.7 Princípio da igualdade, 307
  - 7.8 Princípio da igualdade e o processo, 310
  - 7.9 Princípio da legalidade, 312
  - 7.10 Princípio da irretroatividade da norma, 314
  - 7.11 Proteção constitucional contra a tortura e o tratamento desumano ou degradante, 316
  - 7.12 Liberdade de manifestação do pensamento, vedado o anonimato, e os direitos de resposta e de indenização por danos, 317
  - 7.13 Liberdade de crença, convicção filosófica ou política e a objeção de consciência, 320
  - 7.14 Liberdade de expressão da atividade artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença, 321
  - 7.15 Inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem e a garantia da indenização pelo dano decorrente de sua violação, 323
  - 7.16 Inviolabilidade do domicílio, 325
  - 7.17 Inviolabilidade do sigilo da correspondência, 328
  - 7.18 Inviolabilidade do sigilo das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, 330
  - 7.19 Interceptação telefônica: conceito e distinções necessárias, 332

- 7.20 Regras específicas sobre a interceptação telefônica, 334
- 7.21 Sigilo bancário e fiscal, 338
- 7.22 Liberdade de exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, 342
- 7.23 Garantia do acesso à informação e o resguardo do sigilo da fonte, 343
- 7.24 Liberdade de locomoção, 344
- 7.25 Direito de reunião, 346
- 7.26 Liberdade de expressão e de reunião e a “marcha da maconha”, 348
- 7.27 Direito de associação, 349
- 7.28 Direito de propriedade e sua função social, 351
- 7.29 Propriedade intelectual, 355
- 7.30 Direito de herança, 357
- 7.31 Proteção do consumidor, 359
- 7.32 Direito de receber informações de órgãos públicos, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, 361
- 7.33 Direito de petição, 364
- 7.34 Direito de certidão, 365
- 7.35 Princípio da inafastabilidade da jurisdição, 366
- 7.36 Princípio da segurança jurídica e a proteção constitucional ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada, 369
- 7.37 Princípio do juiz natural, 371
- 7.38 Tribunal do Júri, 373
- 7.39 Direitos e garantias do réu na seara do direito penal e processo penal, 377
- 7.40 Crimes previstos na Constituição, 381
- 7.41 Normas constitucionais sobre a extradição, 384
- 7.42 Princípio do devido processo legal, 386
- 7.43 Princípios do contraditório e da ampla defesa, 389
- 7.44 Inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos, 391
- 7.45 Princípio da necessidade de motivação das sentenças e demais decisões judiciais, 392
- 7.46 Princípio da publicidade dos atos processuais, 393
- 7.47 Princípio do duplo grau de jurisdição, 395
- 7.48 Prisão civil por dívida, 397
- 7.49 Assistência judiciária prestada pelo Estado, 398
- 7.50 Princípio da celeridade na tramitação dos processos, 399
- 7.51 Direitos sociais, 400
- 7.52 Direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, 401
- 7.53 Direitos trabalhistas em espécie, 403
- 7.54 Liberdade de associação profissional e sindical, 405
- 7.55 Direitos relacionados à nacionalidade, 406
- 7.56 Modalidades de nacionalidade, 407
- 7.57 As hipóteses em que a própria Constituição determina a distinção entre brasileiro nato e naturalizado, 409

- 7.58 Perda e reaquisição da nacionalidade, 410
- 7.59 Direitos políticos: conceito e suas espécies, 410
- 7.60 Direito ao voto e suas diversas espécies, 412
- 7.61 Normas constitucionais sobre o voto, 415
- 7.62 Demais direitos de participação popular, 416
- 7.63 Inelegibilidades e a denominada “Lei da Ficha Limpa”, 416
- 7.64 Perda e suspensão dos direitos políticos, 419
- 7.65 Partidos políticos, 420
- 8 Remédios Constitucionais, 423**
  - 8.1 Esclarecimentos iniciais, 423
  - 8.2 Elenco dos remédios constitucionais, 423
  - 8.3 *Habeas corpus*, 426
  - 8.4 Hipóteses de cabimento do *habeas corpus*, 428
  - 8.5 Hipóteses em que não cabe o *habeas corpus*, 431
  - 8.6 Modalidades de *habeas corpus*, 433
  - 8.7 Legitimação ativa e passiva do *habeas corpus*, 433
  - 8.8 Competência em matéria de *habeas corpus*, 435
  - 8.9 Principais regras procedimentais do *habeas corpus*, 437
  - 8.10 Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o *habeas corpus*, 440
  - 8.11 Mandado de segurança individual, 440
  - 8.12 Hipóteses de cabimento do mandado de segurança individual, 441
  - 8.13 Hipóteses em que não cabe o mandado de segurança individual, 444
  - 8.14 Legitimação ativa e passiva do mandado de segurança individual, 446
  - 8.15 Competência em sede de mandado de segurança individual, 449
  - 8.16 Possibilidade de liminar em mandado de segurança individual, 451
  - 8.17 Suspensão da liminar e suspensão da segurança, 454
  - 8.18 O insucesso do mandado de segurança individual e a possibilidade de posterior ação de conhecimento, 455
  - 8.19 Principais regras procedimentais sobre o mandado de segurança individual, 456
  - 8.20 Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o mandado de segurança individual, 460
  - 8.21 Mandado de segurança coletivo, 461
  - 8.22 Hipóteses de cabimento do mandado de segurança coletivo, 461
  - 8.23 Hipóteses em que não cabe o mandado de segurança coletivo, 463
  - 8.24 Legitimação ativa e passiva do mandado de segurança coletivo, 464
  - 8.25 Espécies de direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo, 468
  - 8.26 Competência em sede de mandado de segurança coletivo, 470
  - 8.27 Concessão de liminar em mandado de segurança coletivo, 471
  - 8.28 Principais regras procedimentais sobre o mandado de segurança coletivo, 473
  - 8.29 Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o mandado de segurança coletivo, 476

- 8.30 Mandado de injunção, 476
- 8.31 Hipóteses de cabimento do mandado de injunção, 477
- 8.32 Hipóteses em que não cabe o mandado de injunção, 479
- 8.33 Legitimação ativa e passiva do mandado de injunção, 480
- 8.34 Competência em relação ao mandado de injunção, 482
- 8.35 Controvérsia acerca dos efeitos da concessão da injunção, 482
- 8.36 Distinção entre mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão, 485
- 8.37 A impossibilidade de concessão de liminar em sede de mandado de injunção, 486
- 8.38 Principais regras procedimentais sobre o mandado de injunção, 487
- 8.39 *Habeas data*, 489
- 8.40 Hipóteses de cabimento do *habeas data*, 491
- 8.41 Legitimação ativa e passiva do *habeas data*, 494
- 8.42 Competência em sede de *habeas data*, 495
- 8.43 Principais regras procedimentais do *habeas data*, 496
- 8.44 Ação popular, 499
- 8.45 Hipóteses de cabimento da ação popular, 501
- 8.46 Legitimação ativa e passiva da ação popular, 505
- 8.47 Competências em sede de ação popular, 508
- 8.48 Concessão de liminar em ação popular, 509
- 8.49 Principais regras procedimentais da ação popular, 509
- 8.50 Súmula do Supremo Tribunal Federal sobre a ação popular, 512
- 8.51 Ação civil pública, 512
- 8.52 Hipóteses de cabimento da ação civil pública, 515
- 8.53 Hipóteses em que não cabe a propositura de ação civil pública, 516
- 8.54 Legitimação ativa e passiva da ação civil pública, 517
- 8.55 Competência em sede de ação civil pública, 523
- 8.56 Possibilidade de propositura de ação cautelar e concessão de liminar em ação civil pública, 525
- 8.57 Suspensão da liminar e suspensão da sentença em ação civil pública, 527
- 8.58 Inquérito civil, 528
- 8.59 Termo de ajustamento de conduta, 531
- 8.60 Fundo de reparação de danos, 533
- 8.61 Ação civil pública e coisa julgada segundo a natureza do interesse tutelado, 534
- 8.62 Demais regras procedimentos da ação civil pública, 537
- 8.63 Súmula do Supremo Tribunal Federal sobre a ação civil pública, 540

## 9 Organização do Estado Brasileiro, 541

- 9.1 Esclarecimentos iniciais, 541
- 9.2 Estado: conceito e seus elementos constitutivos, 542
- 9.3 Estado federal: conceito e principais características, 544
- 9.4 Estado federal: distinção em relação a outras formas de Estado, 548



- 9.5 Federação e algumas de suas classificações, 550
- 9.6 Federação brasileira e suas particularidades, 552
- 9.7 União, 555
- 9.8 Bens da União, 557
- 9.9 Diferença entre competência material e competência legislativa, 558
- 9.10 Competências materiais e legislativas da União, 559
- 9.11 Competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, 561
- 9.12 Competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal, 562
- 9.13 Estados Federados, 563
- 9.14 Municípios, 565
- 9.15 Responsabilidade criminal e política do Prefeito, 566
- 9.16 Distrito Federal e Territórios, 568
- 9.17 Intervenção, 569
- 9.18 Intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal, 570
- 9.19 Intervenção dos Estados nos Municípios, 572
- 9.20 Administração Pública, 573
- 9.21 Princípios da Administração Pública, 575
- 9.22 Improbidade administrativa, 578
- 9.23 Responsabilidade civil do Estado, 580
- 9.24 Licitação pública: conceito, 583
- 9.25 Licitação pública: hipóteses de dispensa e de inexigibilidade, 586
- 9.26 A Constituição Federal e as diversas espécies de agentes públicos, 588
- 9.27 Regime jurídico dos servidores públicos, 592
- 9.28 Condições para ingresso no serviço público, 593
- 9.29 Associação sindical e direito de greve dos servidores públicos, 595
- 9.30 Remuneração dos agentes públicos, 596
- 9.31 Teto remuneratório no serviço público, 597
- 9.32 Acumulação remunerada de cargos, empregos e funções, 598
- 9.33 Estabilidade do servidor público, 599
- 9.34 Diferença entre estabilidade e vitaliciedade, 600
- 9.35 Exercício de mandato eletivo, 601
- 9.36 Regime de previdência dos servidores públicos, 601
- 9.37 Modalidades de aposentadoria dos servidores públicos, 602
- 9.38 Regras de transição para aposentadoria dos servidores públicos, 603
- 9.39 Pensão por morte do servidor, 605
- 9.40 Regime de previdência complementar, 606
- 9.40 Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, 607
- 9.42 Regiões, 609

## 10 Organização dos Poderes, 610

- 10.1 A denominada “separação de poderes”, 610

- 10.2 Poder Legislativo: notas introdutórias, 613
- 10.3 Câmara dos Deputados, 614
- 10.4 Senado Federal, 615
- 10.5 Imunidades dos Deputados e Senadores, 617
- 10.6 Outras prerrogativas conferidas aos Deputados Federais e Senadores, 619
- 10.7 Reuniões e convocações extraordinárias do Congresso Nacional, 620
- 10.8 As Comissões Parlamentares e a CPI, 621
- 10.9 A fiscalização do Poder Executivo e o Tribunal de Contas da União, 622
- 10.10 Poder Executivo, 624
- 10.11 Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, 626
- 10.12 O Presidente da República e os crimes comuns e de responsabilidade, 626
- 10.13 Ministros de Estado, 628
- 10.14 Conselho da República, 628
- 10.15 Conselho de Defesa Nacional, 629
- 10.16 Poder Judiciário: notas introdutórias, 630
- 10.17 Organização do Poder Judiciário, 631
- 10.18 Previsão do quinto constitucional, 634
- 10.19 Garantias funcionais dos juízes, 636
- 10.20 Vedações impostas aos juízes, 637
- 10.21 Proibição de nepotismo no Poder Judiciário, 638
- 10.22 Cláusula de reserva de plenário, 639
- 10.23 Autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário, 641
- 10.24 Pagamentos devidos pela Fazenda Pública, 641
- 10.25 Supremo Tribunal Federal e suas competências originárias, 644
- 10.26 Competências recursais ordinárias do Supremo Tribunal Federal, 646
- 10.27 Supremo Tribunal Federal e o recurso extraordinário, 646
- 10.28 Supremo Tribunal Federal e a necessidade de demonstração da repercussão geral para conhecimento do recurso extraordinário, 647
- 10.29 Supremo Tribunal Federal e as súmulas vinculantes, 648
- 10.30 Conselho Nacional de Justiça, 649
- 10.31 Superior Tribunal de Justiça, 651
- 10.32 Competências originárias do Superior Tribunal de Justiça, 652
- 10.33 Competências recursais do Superior Tribunal de Justiça, 652
- 10.34 Tribunais Regionais Federais, 654
- 10.35 Juízes federais, 655
- 10.36 Regras constitucionais sobre competência territorial no âmbito da Justiça Federal, 656
- 10.37 Tribunais e Juízes do Trabalho, 657
- 10.38 Emenda Constitucional nº 34/2004 e a ampliação da competência da Justiça do Trabalho, 658
- 10.39 Tribunais e Juízes Eleitorais, 659
- 10.40 Tribunais e Juízes Militares, 660

- 10.41 Tribunais e Juízes dos Estados, 661
- 10.42 Funções essenciais à Justiça, 662
- 10.43 Ministério Público, 664
- 10.44 Princípios que regem o Ministério Público, 665
- 10.45 Autonomia funcional, administrativa e financeira do Ministério Público, 666
- 10.46 Garantias e vedações do Ministério Público, 667
- 10.47 Funções institucionais do Ministério Público, 668
- 10.48 Conselho Nacional do Ministério Público, 669
- 10.49 Advocacia Pública, 670
- 10.50 Advocacia-Geral da União, 671
- 10.51 Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, 675
- 10.52 Procuradoria-Geral Federal, 678
- 10.53 Criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil e as competências delegadas à Procuradoria-Geral Federal, 682
- 10.54 Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal, 685
- 10.55 Advocacia, 687
- 10.56 Defensoria Pública, 689

## 11 Processo Legislativo, 691

- 11.1 Conceito de processo legislativo, 691
- 11.2 Principais finalidades do processo legislativo, 692
- 11.3 Ausência de hierarquia entre as espécies normativas previstas na Constituição, 696
- 11.4 Processo legislativo e as suas diversas espécies, 698
- 11.5 Procedimento legislativo comum e as leis ordinárias e complementares, 700
- 11.6 Fase introdutória (ou de iniciativa), 703
- 11.7 Algumas informações importantes sobre a iniciativa exclusiva, 707
- 11.8 Iniciativa popular, 710
- 11.9 Iniciativa de leis sobre o Ministério Público, 714
- 11.10 Iniciativa para a edição de leis tributárias, 715
- 11.11 Iniciativa por proposta da maioria absoluta dos membros de quaisquer das casas do Congresso Nacional, 716
- 11.12 Fase constitutiva e a deliberação parlamentar, 717
- 11.13 Emendas ao projeto de lei, 721
- 11.14 Fase constitutiva e a deliberação executiva (sanção ou veto), 723
- 11.15 Fase complementar, 727
- 11.16 Procedimento legislativo sumário (regime de urgência), 729
- 11.17 Procedimentos especiais: notas introdutórias, 732
- 11.18 Emenda à Constituição, 733
- 11.19 Limites à elaboração das emendas constitucionais, 734
- 11.20 Procedimento legislativo da emenda à Constituição, 736
- 11.21 Medida provisória, 738

- 11.22 Possibilidade de edição de medidas provisórias por Estados, Distrito Federal e Municípios, 740
- 11.23 Análise sobre a legitimidade das medidas provisórias, 741
- 11.24 Principais diferenças entre medida provisória e decreto-lei, 743
- 11.25 Matérias que não podem ser regulamentadas por medida provisória (limitações materiais), 745
- 11.26 Medida provisória e controle de constitucionalidade, 748
- 11.27 Procedimento legislativo da medida provisória, 749
- 11.28 Medidas provisórias publicadas antes da Emenda Constitucional nº 32/2001, 751
- 11.29 Projeto de emenda constitucional sobre medidas provisórias, 752
- 11.30 Leis delegadas, 752
- 11.31 Natureza jurídica da lei delegada, 755
- 11.32 Espécies de delegação, 756
- 11.33 Matérias que não podem ser regulamentadas por lei delegada (limitações materiais), 756
- 11.34 Possibilidade de posterior controle de constitucionalidade da lei delegada, 757
- 11.35 Procedimento legislativo da lei delegada, 759
- 11.36 Decreto legislativo, 761
- 11.37 Resolução, 763
- 11.38 Leis Orçamentárias, 764
- 11.39 Tratados internacionais, 766
- 11.40 Ingresso dos tratados internacionais no ordenamento jurídico nacional e a hierarquia das normas, 768
- 11.41 Procedimento legislativo do tratado internacional, 771
- 12 Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, 773**
  - 12.1 O sistema constitucional de crises e a defesa do país e da sociedade, 773
  - 12.2 Estado de defesa, 775
  - 12.3 Estado de sítio, 777
  - 12.4 Forças Armadas, 779
  - 12.5 Segurança Pública, 781
- 13 Tributação e Orçamento, 784**
  - 13.1 Esclarecimentos preliminares, 784
  - 13.2 Definição de tributo, 784
  - 13.3 Elementos que compõem a relação jurídica tributária, 785
  - 13.4 Espécies de tributos, 788
  - 13.5 Limitações constitucionais ao poder de tributar, 791
  - 13.6 Competências tributárias da União, 793
  - 13.7 Competências tributárias dos Estados e do Distrito Federal, 797
  - 13.8 Competências tributárias dos Municípios, 799
  - 13.9 Repartição das receitas tributárias, 800
  - 13.10 Cobrança dos tributos, 802

- 13.11 Principais regras procedimentais sobre a cobrança de tributos, 803
- 13.12 Finanças públicas e suas normas gerais, 807
- 13.11 Banco Central, 808
- 13.14 Orçamentos, 809
- 13.15 Regras sobre despesas com pessoal da Administração, 810

## **14 Ordem Econômica e Financeira, 812**

- 14.1 Estado Liberal, 812
- 14.2 Estado Social, 815
- 14.3 Princípios gerais da atividade econômica, 817
- 14.4 Soberania nacional, 818
- 14.5 Propriedade privada, 819
- 14.6 Função social da propriedade, 821
- 14.7 Livre concorrência, 824
- 14.8 Defesa do consumidor, 825
- 14.9 Defesa do meio ambiente, 829
- 14.10 Redução das desigualdades regionais e sociais e a busca do pleno emprego, 830
- 14.11 Tratamento favorecido às empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país, 831
- 14.12 O Estado como explorador de atividade econômica, 832
- 14.13 O Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica, 833
- 14.14 O Estado e a prestação de serviços públicos, 835
- 14.15 Política urbana, 837
- 14.16 Usucapião constitucional urbano, 839
- 14.17 Usucapião constitucional rural, 841
- 14.18 A função social da propriedade e as diversas modalidades de desapropriação, 841
- 14.19 Desapropriação por necessidade e utilidade pública, 842
- 14.20 Desapropriação por interesse social, 844
- 14.21 Desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, 845
- 14.22 Sistema financeiro nacional, 848

## **15 Ordem Social, 850**

- 15.1 Esclarecimentos iniciais, 850
- 15.2 Seguridade social, 851
- 15.3 Saúde, 852
- 14.5 Previdência social: organização do regime geral de previdência, 853
- 15.5 Regras para aposentadoria no regime geral, 855
- 15.6 Regime de previdência privada, 855
- 15.7 Assistência social, 856
- 15.8 Educação, 857
- 15.9 Universidades federais e instituições federais de ensino técnico e a política de cotas, 860
- 15.10 Cultura, 862

- 15.11 Desporto, 863
- 15.12 Ciência e tecnologia, 865
- 15.13 Comunicação social, 865
- 15.14 Meio ambiente, 868
- 15.15 Competências em matéria ambiental, 869
- 15.16 Princípios norteadores do direito ambiental , 870
- 15.17 Família, 871
- 15.18 O Supremo Tribunal Federal e o reconhecimento da denominada  
“união homoafetiva”, 872
- 15.19 Criança, adolescente e jovem, 873
- 15.20 Idosos, 877
- 15.21 Índios, 880

*Referências Bibliográficas*, 883

*Índice Remissivo*, 895